

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

São compreensíveis as medidas adotadas pelo Governo Federal, nestes primeiros seis meses do ano, para conter a inflação, mas, alcançados os objetivos principais dessas mesmas medidas, é chegada a hora de aliviá-las, para proporcionar à economia brasileira uma retomada de atividades que começa a tardar.

Os índices de desemprego inéditos na história do País, com todas suas graves consequências, estão a exigir, por exemplo, a redução dos juros, que são mais altos no Brasil do que na quase totalidade das nações, tornando impossível às empresas, grandes, pequenas e médias, um mínimo de capital para ativar seus negócios.

Os reclamos do Vice-Presidente da República, José Alencar, para que isso ocorra, não são colocações de um empresário que exerce um destacado cargo público. São, em verdade, os sentimentos da grande maioria dos brasileiros, que anseiam pela retomada do crescimento econômico.

Os segmentos, internos e externos, de cujos apoios necessita o Presidente Lula da Silva para recuperar a economia, sem por em risco a estabilidade monetária, ainda estão divididos, no que se refere aos juros. O Ministro Antônio Palocci, Fazenda, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o Fundo Monetário Internacional e os organismos que lhes seguem a orientação, reafirmam que os juros altos são indispensáveis para erradicar a inflação e proporcionar uma reconquista sólida do crescimento econômico. A reversão de expectativas, de pessimistas para otimistas, dos organismos financeiros internacionais, com relação ao País, a queda do risco-Brasil, o aumento dos títulos da

dívida e a queda do dólar em relação ao real, são reações positivas que explicam a orientação da política fiscal e econômica oficial.

Os que clamam por uma queda imediata dos juros têm o apoio do Vice-Presidente da República, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do comércio, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, até de parte expressiva da bancada do Partido dos Trabalhadores e o indisfarçável apoio da opinião pública. Mencionam que “o PIB (soma das riquezas produzidas no País) caiu 0,1% no primeiro trimestre de 2003, em relação aos últimos três meses de 2002, que o consumo das famílias caiu 0,6% em relação ao trimestre anterior e 2,3% ante o mesmo período de 2002, e que o Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas, IGPM, do mês de maio, aponta deflação de 0,26% - primeira taxa negativa em quatro anos” -. Atribuem essas quedas aos juros e à falta de crédito.

Fortalecido pelo resultado eleitoral ainda recente, os atos do Presidente da República revelam uma rígida definição de prioridades, entre as quais pontificam implacável política fiscal e econômica e uma eficiente articulação política que consolidou a maioria governamental no Congresso, com a recente adesão do PMDB.

Demonstração dessa eficiência foi a aprovação, por 47 a 2, na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, da Câmara, da constitucionalidade da reforma tributária proposta pelo Governo.

O Governo Federal está numa travessia decisiva, apostando no combate à inflação e na aprovação das reformas tributárias e da previdência, com o que acredita ser possível retomar, com segurança, o crescimento econômico reclamado.

Escolheu, estrategicamente, travar essas batalhas no primeiro ano de mandato, quando são visíveis seus índices de popularidade.

Mas o crescimento da economia e a criação de empregos, ultrapassado o período crítico, é agora o único caminho capaz de conduzir o Brasil a uma situação de plena estabilidade social. Isso só será possível reduzindo-se as taxas de juros.

É hora de crescer, o povo brasileiro confia e aguarda, com ansiedade, a retomada do crescimento com justiça social.